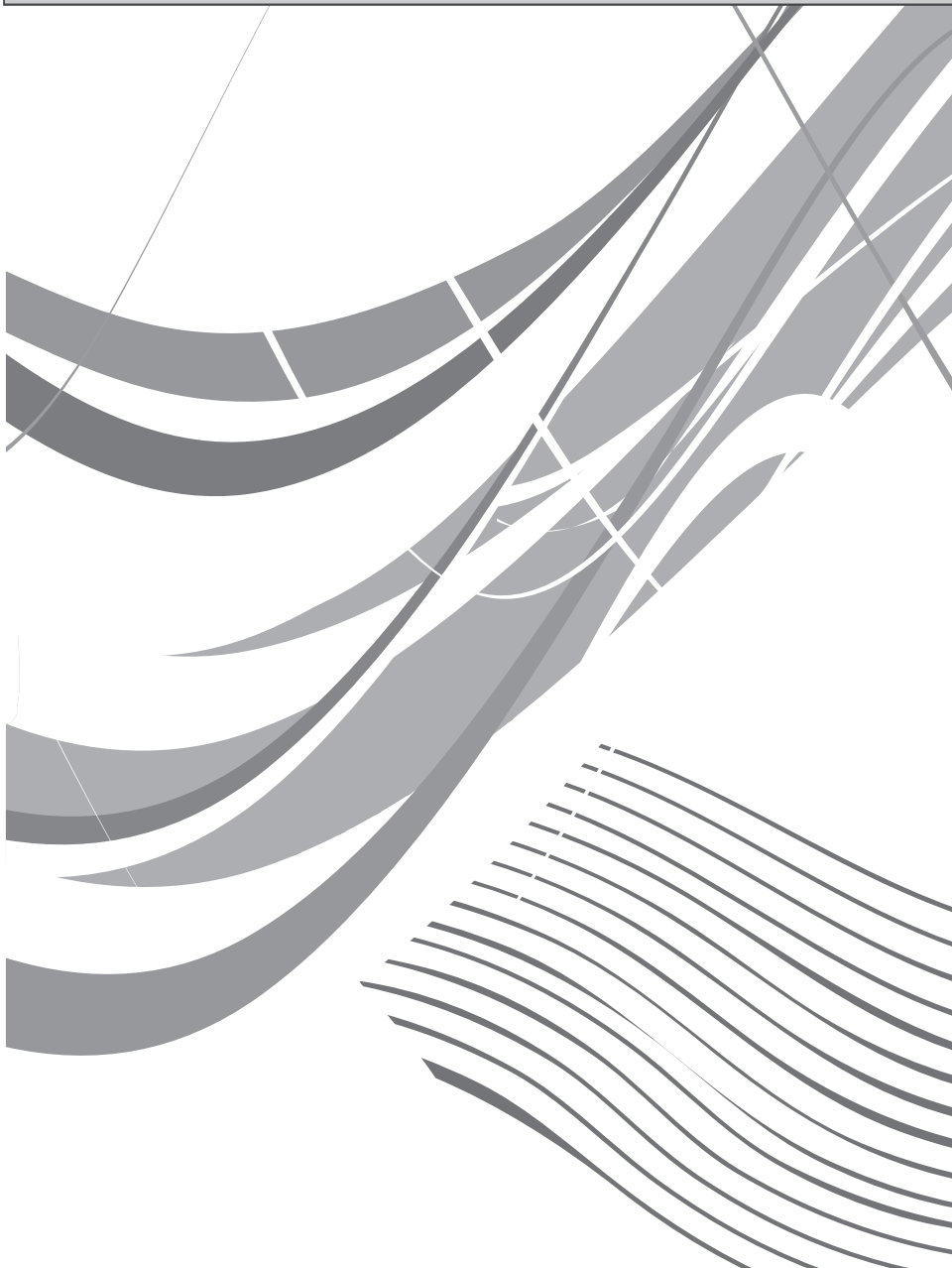


Revista

Tempo, Espaço e Linguagem



A IDENTIDADE TEM VALIA POLÍTICA? AS DIFERENÇAS E AS SIMILITUDES DOS PERCURSOS HISTÓRICOS E DAS CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE E EM CABO VERDE

The identity has political value? The differences and similarities of the historical paths and identity constructions in Sao Tome and Principe and Cape Verde

La identidad tiene un valor político? Las diferencias y similitudes de los caminos históricos y del las construcciones de identidad en Santo Tomé y Príncipe y Cabo Verde

Augusto Nascimento¹

1. Investigador auxiliar do Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa; colaborador do CEA/ISCTE-IUL, CEAUP e IHC da FCSH.



NASCIMENTO. A. A identidade tem valia política? As diferenças e as similitudes dos percursos históricos e das construções identitárias em São Tomé e Príncipe e em Cabo Verde. *Revista Tempo, Espaço, Linguagem*. Irati, v. 03, n. 03, Set-Dez. p. 20-48, 2012. ISSN 2177-6644.

Resumo

Referido a dois processos históricos – São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, este texto é uma reflexão exploratória sobre a interrelação entre construtos culturais – as identidades – e as vicissitudes da história e da política. Qual a valia política, social e outra das identidades? Seguindo mais de perto o caso de São Tomé e Príncipe, recorreremos ao de Cabo Verde para ponderar a valia política desses construtos, que não é, longe disso, universal e irrestrita, ao invés do que o sugere a sua entrada no discurso politizado após o termo do intenso combate ideológico de há décadas.

Palavras-chave

São Tomé e Príncipe. Cabo Verde. Construtos culturais. Identidades.

Abstract

Referred to two historical processes - Sao Tome and Principe and Cape Verde -, this text is an exploratory reflection on the interrelationship between cultural constructs – the identities - and the vicissitudes of history and politics.

What is the political, social and other values of identities? Following more closely the case of Sao Tome and Principe, we will draw to the Cape Verde to analyze the political value of these constructs, which is not, far from it, universal and unrestricted, instead of what is suggested by its entering the politicized discourse after the end of the intense ideological battle of decades ago.

Keywords

Sao Tome and Principe. Cape Verde. Cultural Constructs. Identities.

Resúmen

Considerando dos procesos históricos - Santo Tomé y Príncipe y Cabo Verde -, este texto es una reflexión preliminar sobre la interrelación entre las construcciones culturales - las identidades - y las vicisitudes de la historia y de la política. ¿Cuál es el valor político, social y otros de las identidades? Siguiendo de cerca el caso de Santo Tomé y Príncipe, vamos a recorrer al de Cabo Verde para considerar el valor político de estas construcciones, que no es ni mucho menos, universal e irrestricto, al contrario de lo que sugiere su entrada en el discurso politizado después del intenso combate ideológico de varias décadas.

Palabras clave

Santo Tomé y Príncipe. Cabo Verde. Las construcciones culturales. Las identidades.

Introdução

Referido a dois processos históricos – São Tomé e Príncipe e Cabo Verde –, este texto é uma reflexão exploratória sobre a interrelação entre construtos culturais – as identidades – e as vicissitudes da história e da política. Qual a valia política, social e outra das identidades? Seguindo mais de perto o caso de São Tomé e Príncipe, recorreremos ao de Cabo Verde para ponderar a valia política desses construtos, que não é, longe disso, universal e irrestrita, ao invés do que o sugere a sua entrada no discurso politizado após o termo do intenso combate ideológico de há décadas.

Começaremos por lembrar que a importância estratégica atualmente reconhecida aos pequenos e às ilhas – quando, até há pouco, em África, as preocupações se prendiam predominantemente com a continentalidade e a terra – veio conferir notoriedade a ambos os países, evidenciando as suas

diferenças em desfavor do olhar que enfatizava supostas similitudes entre os arquipélagos.

Com efeito, não faz muitos anos que se imaginavam realidades relativamente próximas quando se pensava em São Tomé e Príncipe e em Cabo Verde¹, universos culturalmente tidos como crioulos e, também, como exemplos de relativa paz social em África. Nalguma medida, essa apreciação algo errónea resultava da partilha da microinsularidade e, no pós-independência, também da prevalência da ideologia socialista, à qual se pareciam resumir ou subordinar todos os traços idiossincráticos. As trajetórias de ambos os países vêm evidenciando à saciedade as respectivas singularidades, mas, durante anos, tendeu-se a não conceder a devida importância às diferenças, apesar de, a seu modo, as elas terem sido enfatizadas por cabo-verdianos e são-tomenses² desde o tempo colonial.

Na realidade, prevalecia a percepção quase imediata – para o olhar comum mas igualmente para os mais empenhados no escrutínio dos processos históricos – de uma afinidade sugerida pela trajetória recente (pela qual se tende a inferir, muitas vezes equivocadamente, todo o passado histórico). Ambos os arquipélagos acederam à independência quase em simultâneo – apenas com uma semana de intervalo – e em resultado da luta das ex-colónias contra Portugal.

Esta luta³ conjunta foi animada pelo propósito político de transformação das sociedades no sentido socialista e enfunada pela bipolaridade mundial vivida nas décadas do processo de descolonização e do pós-independência. Essa luta comum ajudou a cobrir grandes diferenças entre os vários países,

1. Esta equivocada assimilação não é apenas resultado de uma amálgama eurocentrada e dileitante. Tem também um lastro histórico que envolveu até são-tomenses e cabo-verdianos. Por exemplo, em meados de novecentos, em Lisboa, na Casa dos Estudantes do Império, a seção de Cabo Verde englobava São Tomé e Príncipe, por certo pela insularidade e pela convivência de cabo-verdianos e de são-tomenses no arquipélago equatorial (SANTO, 1997, p. 87-88). Acrescentemos, também certamente pela perda da elite são-tomense incapaz de enviar quantidade significativa de jovens para estudar em Lisboa, ao invés do sucedido em inícios de novecentos.

2. Ainda no tempo colonial, Francisco Tenreiro (1956) chamou atenção para as diferenças entre a colonização dos dois arquipélagos, imputando-as também às mutações da política colonial desde oitocentos. Já os cabo-verdianos se distinguiam do comum dos africanos. Apesar do processo de indigenização a que foram sujeitos por uma política colonial enquistada e submissa aos interesses económicos dos roceiros, os cabo-verdianos achavam-se, num juízo certamente derivado da interiorização de noções colonialistas, superiores ao comum dos africanos. Qual comprovação da interiorização dessa diferença, muitos cabo-verdianos integraram a administração colonial, mormente em Angola.

3. Atentos os diferentes graus de empenhamento – por exemplo, ao passo que cabo-verdianos lutaram ao lado de guineenses, projetando, aliás, uma unidade institucional entre os dois países, os são-tomenses só a título individual e no seio do MPLA lutaram em Angola –, teremos de entender luta comum num sentido lato, como um compromisso na militância pela independência, que, conforme a herança do ideário pan-africanista, chegaria toda a África.

tendo antes de 1975 produzido como que uma espécie de vínculo afetivo entre os líderes independentistas, vínculo que, depois da independência, foi projetado para os laços entre os países encarados como irmanados pela sua africanidade e, sobretudo, pelos seus desígnios políticos. No caso vertente, uma consequência não negligenciável dessa estreita relação entre as elites independentistas foi a diligência sentida de os serviçais cabo-verdianos se conformarem com a sua permanência em São Tomé e Príncipe aquando das independências em 1975.

Para essa associação entre os dois países, laboravam, afinal, raízes históricas mais profundas do que a supracitada luta. Diferentemente do sucedido noutras regiões da África colonizada, e sem embargo da especificidade dos legados africanos operantes em cada arquipélago, em ambos prevalecia uma matriz cultural comum, a resultante da religião e da língua, que, aliás, permitiram alguma integração social e uma relativa homogeneidade cultural em São Tomé e Príncipe nos derradeiros anos do colonialismo. Já o resultado do intercuro sexual entre brancos e negros pareceu bem menos pronunciado nesse arquipélago (onde a miscigenação era mais interafricana⁴) do que em Cabo Verde.

Para a sugestão da afinidade entre os arquipélagos, os aspectos – de cariz político e conjuntural – pareceram, inclusive, mais decisivos do que a microinsularidade. A propósito da microinsularidade, diga-se que a circunstância de se tratar de um par de ilhas⁵ ou, diversamente, de um conjunto de dez, muito desiguais entre elas, constitui um dado relevante⁶. Da mesma forma, a localização geográfica – no Atlântico norte ou no Golfo da Guiné – não se revelou inócua. Em todo o caso, abandonando qualquer determinismo geográfico, a importância da posição geográfica variou ao longo dos séculos e, no que a Cabo Verde diz respeito, foi desigual de ilha para ilha⁷.

A colonização dos arquipélagos

Para perceber o colonialismo moderno, importa estabelecer uma

4. Por exemplo, MATA 1993, p.76 e 1998, p.24.

5. Nas ilhas do Golfo da Guiné compreendem-se as de Fernando Pó e de Ano Bom, cedidas por Portugal à Espanha em 1778, hoje parte da Guiné Equatorial.

6. A multipolaridade de centros de desenvolvimento, cada um correspondente, por exemplo, a uma ilha geradora de um processo identitário, também interfere na configuração da arquitetura política e na dinâmica das evoluções políticas e sociais. Tal difere muito da relação assimétrica entre duas ilhas assaz desiguais em termos de superfície e de habitantes.

7. A respeito da singular trajetória económica da ilha de S. Vicente, veja-se, por exemplo, Silva, 1998.

periodização na história dos arquipélagos, distinguindo a colonização, que vai da descoberta até ao século XVIII, do colonialismo moderno, do século XIX até 1975.

No primeiro período, a colonização de ambos os territórios apresenta traços comuns: apropriando-se das ilhas que descobriram, os portugueses encetaram a sua exploração agrícola, tentando reproduzir os padrões da agricultura do reino ou ensaiando o cultivo de produtos rendosos como o açúcar. Tal caminhou a par de iniciativas comerciais, em razão do que se desenvolveram as cidades-porto que prosperaram ou definharam devido, por exemplo, às políticas fiscais através das quais a Coroa tentava arrecadar o máximo de rendimentos da atividade comercial dos súbditos. Ainda que com contornos diversos, ambos os arquipélagos estiveram envolvidos no comércio transatlântico de escravos. Estes constituíram parte das pessoas que povoaram os arquipélagos, antes desabitados.

O povoamento baseou-se na importação de escravos da costa africana, assim como no afluxo de aventureiros e de degredados oriundos do reino. Sem prejuízo de ações de manumissão de escravos nascidos na terra, Cabo Verde tornou-se na primeira sociedade crioula e escravocrata no Atlântico. Foi tendo a sua experiência por modelo que se formaram outras como a são-tomense, que ganhou notoriedade pela produção de açúcar, depois transplantada pelos portugueses para o Brasil. Neste sentido, ambos os arquipélagos foram sociedades laboratoriais⁸.

Mais relevantes do que os contornos do processo económico nos primeiros séculos de colonização foram as práticas administrativas e as instituições implantadas nas ilhas. Entre essas instituições administrativas estavam a Igreja, as misericórdias e as instâncias municipais e de justiça, que eram decalcadas nas do reino. Por causa da distância, da elevada mortalidade dos europeus, da renitência destes em ir ocupar cargos públicos em tais territórios, os lugares dessas instituições eram de frequente vacatura. Tal obrigava ao recurso a indivíduos da terra. Intermitentemente, na ausência dos governadores e mais oficiais, os ilhéus assumiam as tarefas governativas. Aspecto não menos importante, também a Igreja se socorreu de locais, mestiços e de negros. Ou, por outras palavras, os mestiços lograram alcandorar-se a cargos eclesiásticos, sendo seguidos nesse movimento ascensional por negros.

Assim, não apenas pela riqueza acumulada quanto pelo tirocínio em cargos de administração, foram-se constituindo elites locais. Tais elites

8. Conforme Tenreiro 1964, p.15.

firmaram-se e construíram-se na prática administrativa que transformava os filhos da terra em homens da governança. Escorada na condução das instituições, a sua latitude de decisão dependia dos meios de riqueza e da arregimentação de séquitos de escravos com que, se necessário, os naturais afrontavam autoridades reinóis. Dependia, igualmente, do maior ou menor interesse da Coroa no curso da colonização desses territórios.

Diga-se, em ambos os territórios assistiu-se a processos de criouliização, cujo resultado era algo diferente do somatório dos contributos em presença. Durante anos, a ideia de criouliização (veiculada por autores ligados à metrópole colonial) implicava, quase imediatamente, uma subliminar negação da contribuição negra ou africana. Noutros termos, valorizava-se a atividade genésica dos portugueses e, sobretudo, assinalava-se uma trajetória afim a do embranquecimento racial.

Recentemente, passou-se ao extremo oposto, à valorização algo acriteriosa da contribuição africana, não a perspectivando à luz das relações de poder no âmbito das quais a interação dos vários grupos e sujeitos se processou. Antes se enfatiza de forma acrítica a contribuição cultural africana que, certamente, influenciou a materialidade dos artefatos e as construções culturais, processos acomodados à arquitetura dos poderes que, interpretada e concretizada por europeus e africanos, não deixava de ser decalcada do reino.

Até ao século XVIII, a diferença na colonização dos arquipélagos respeitava também às condições ambientais: à secura, por vezes aguda, do clima em Cabo Verde contrapunha-se à umidade e à exuberância do coberto vegetal de São Tomé e Príncipe. Tal diferença não foi de molde a distinguir significativamente os processos de colonização. Mas, após as independências no continente americano, as mutações trazidas pelo século XIX no tocante à produção e à circulação de mercadorias conferiram conteúdos assaz diferentes à soberania colonial. Na sequência da perda do Brasil – a que sobreviria a ideia de construir *novos Brasís* em África – e da substituição da monarquia absoluta por uma constitucional, Portugal reativaria a soberania nos dois arquipélagos e noutros pontos de África.

A recolonização no século XIX

As diferentes localizações e características geográficas revelaram-

se decisivas para a divergência de trajetória das duas colônias, resultante da criação de plantações em São Tomé e Príncipe e da inserção de Cabo Verde na rede de comunicações entre os continentes europeu e americano.

Cabo Verde não atraía colonos, pelo que, independentemente das restrições do acesso dos locais a cargos de poder, quase todos os postos da administração foram sendo preenchidos por cabo-verdianos. Mas não só, em resultado da relativa frequência das estiagens, existia uma corrente migratória, mormente para o continente americano. A par disso, na segunda metade de oitocentos, a inserção na economia-mundo fez-se através da prestação de serviços à navegação transatlântica, o que, abrindo o território ao mundo, ainda facilitava mais a emigração.

Diversamente, São Tomé e Príncipe, depois de séculos de abandono, chamaria colonos e alguns capitais. Tal fato modificou radicalmente a estrutura da propriedade fundiária, ou seja, por processos variados teve lugar a transferência de terras para os colonos e, depois, para sociedades capitalistas. Para a implementação da agricultura intensiva, as ilhas ofereciam enormes vantagens face ao continente, nomeadamente no tocante à condução da mão de obra africana tornada mais acomodatória por causa da fuga muito mais dificultada. Norteada pela exploração intensiva da terra, ocorreu em São Tomé e Príncipe uma segunda colonização ou recolonização.

O café e o cacau tinham chegado do Brasil entre finais do século XVIII e inícios do XIX. Para o cultivo sistemático destes produtos, assistiu-se à criação de roças ou plantações, unidades produtivas assentes na exploração de mão de obra africana barateada e na dissociação racial entre europeus, proprietários, administradores e empregados subalternos, por um lado, e trabalhadores africanos importados do continente, por outro. Criou-se, portanto, uma economia extrovertida impeditiva de uma dinâmica de crescimento local. Os ilhéus foram ficando à margem desta nova economia na sua terra.

Independentemente dos contornos das opções económicas em cada arquipélago, a reatualização do laço colonial trouxe, ao arrepio do aceno do progresso e da civilização, o empobrecimento relativo das populações locais⁹.

9. Em Cabo Verde, depois de se ter induzido os camponeses a trocar as culturas alimentares pela urzela, o poder colonial, para favorecer a indústria metropolitana, decidiu que a urzela só podia ser exportada para Portugal, sendo paga abaixo do preço no mercado internacional. A liberdade da comercialização da urzela tornou-se numa bandeira de defesa da terra. A questão dos direitos diferenciais foi discutida desde praticamente o início da República, tendo sido objeto de uma campanha feroz dos jornais cabo-verdianos já nos anos 20. Atacou-se veementemente o monopólio da metrópole, que empobrecia os cabo-verdianos que tinham sido aliciados a trocar a produção de milho pela de urzela e que, feita essa aposta, acabavam

Em ambos os casos, com a sedimentação de processos colonialistas cada vez mais eivados do racismo emergente em finais de oitocentos, os ilhéus viram-se secundarizados, mesmo se temporariamente alguns deles ganharam dinheiro com o cacau. Ainda assim, para além da subalternização comum face ao colonizador, a posição relativa de são-tomenses e de cabo-verdianos no seio das suas sociedades recolonizadas e do, com vangloria, chamado império colonial português revelou-se diversa.

As elites locais, a valorização dos africanos e o ressentimento anticolonial

A despeito do reconhecimento da impossibilidade de extensão das leis do reino a todos os domínios coloniais, ao longo de oitocentos os naturais de Cabo Verde e de São Tomé foram considerados cidadãos. Ademais, a diferenciação social nas ilhas, a impossibilidade de mobilizar os ilhéus enquanto mão de obra desqualificada – como a que foi resgatada no continente e, subsequentemente, importada para as plantações de São Tomé e Príncipe – e, em última instância, a conveniência de manter um tecido social local coíbiam a aplicação a oito de medidas políticas e administrativas inspiradas pelo racismo.

Mais relevante, culturalmente europeizadas e literariamente diferenciadas, as elites dos arquipélagos ombreavam económica e culturalmente com muitos europeus¹⁰. Tais elites resultavam, entre outras circunstâncias, da aposta do assimilacionismo liberal de Oitocentos na instrução, que se tinha tentado implementar nos arquipélagos. Numa síntese forçosamente grosseira, diríamos que o traço distintivo da elite cabo-verdiana era a sua produção intelectual – propiciadora da decantação da identidade cultural do povo cabo-verdiano –, enquanto a elite são-tomense se distinguiu, sobretudo, pela diferenciação económica, na medida em que provinha de famílias nativas que detinham roças produtoras de cacau onde também empregavam serviçais.

Porém, a inédita subalternização e a preterição face aos colonos geraram algum ressentimento entre as elites locais. Por força dos ideais do nativismo e do pan-africanismo, tenderam a abraçar o lema da valorização da raça negra. Cientes da sua valia, representando-se numa posição intermédia entre poder colonial e as suas sociedades colonizadas, tais elites reivindicaram um papel de interlocução entre os governantes e os conterrâneos, para o que

numa situação pior do que se tivessem continuado a produzir subsistências.

10. Veja-se, por exemplo, Ana Cordeiro, 2009.

não só reafirmavam o seu portuguesismo como também o conhecimento dos conterrâneos e da terra, que os governadores enviados de Lisboa não tinham. Nos primeiros decénios de noventa e, sobretudo, durante a República (1910-1926), a postura das elites pode caracterizar-se pela reivindicação de cidadania plena, sua e dos seus conterrâneos, em pé de igualdade com os europeus, e pela proposta de mediação no tocante à convocação dos africanos à civilização e, acrescentemos, ao dever de trabalho¹¹. As elites de ambos os arquipélagos tendiam a uma dupla identificação, a saber, com a metrópole colonial, por um lado, e com a terra e os conterrâneos, por outro.

Alguma liderança política dos são-tomenses, particularmente no associativismo dos jovens africanos em Lisboa, ter-se-á devido a eles serem relativamente abastados, na medida em que se beneficiavam do *boom* dos proventos do cacau. A militância política em Lisboa tanto se pautou por algum radicalismo, quanto pela colaboração com as autoridades na negação das acusações feitas a Portugal por escravização nas suas colónias. Ambas as atitudes se distanciavam da realidade social vivida nos arquipélagos e, em geral, num continente marcado pelo avanço das políticas coloniais agressivas, das quais eram particularmente gravosas as leis de exceção e a desqualificação jurídica dos chamados indígenas com vista a torná-los mão de obra barata para os empreendimentos económicos de europeus e, depois, do capital europeu.

Apesar da promessa de redenção neles inscrita, os ideais de valorização da raça negra, nascidos na diáspora africana no Novo Mundo, definharam após a I Guerra Mundial. Nas décadas de 1920 e 1930, a Europa seria varrida por ventos autoritários e o mundo parecia pautado pela ordem colonial. Essas décadas ficaram marcadas pelo clímax da ideologia imperial que suportava a arquitetura colonial. Esta parecia destinada a reger o mundo por largo tempo, pelo menos tão duradouro quanto o racismo fazia supor que demoraria o tirocínio para a civilização das raças ditas atrasadas. Ora, a seguir à II Guerra, a ordem colonial caiu com estrondo, sem, por isso, se ter revelado menos gravosa para as populações colonizadas, incluindo aquelas cultural e afetivamente mais próximas das respectivas metrópoles coloniais.

Em Cabo Verde, apesar das condições políticas adversas do século XX, os pensadores cabo-verdianos empenharam-se em realçar uma identidade cultural, uma elaboração eminentemente defensiva na medida em que os

11. Diga-se, o regime republicano (1910-1926) chegou a prever formas de autonomia administrativa para as colónias, cuja aplicação, entre as hesitações políticas e as vicissitudes da época – de que se destaca a I Guerra –, acabou por não se traduzir na cooptação de nativos para os governos das colónias.

distinguiu das populações africanas sujeitas à mais gravosa opressão colonial. Essa elaboração erudita da identidade cultural cabo-verdiana – já do século XIX e, depois, patente na abundante imprensa do período republicano e nas publicações do tempo do Estado Novo, com destaque para a revista *Claridade*¹² – desdobrava-se num património cultural popularizado. Dada a porosidade social – mormente através da criação musical –, sedimentava-se uma identidade insular. Passado o testemunho de geração em geração, decantava-se uma identidade cultural, a reboque da qual chegaria a reivindicação de uma identidade nacional. Essa reflexão intelectual em torno das características idiossincráticas dos cabo-verdianos era feita pelos próprios. Assim, eles retiravam o monopólio da palavra às entidades coloniais, reduzindo a margem de aplicação dos estereótipos colonialistas aos cabo-verdianos¹³.

Já em São Tomé e Príncipe, até há pouco era possível constatar o corte e o esquecimento entre gerações, em parte derivados da força centrífuga que as roças exerceram sobre a terra e os homens, atomizando e obstando à criação de uma tradição intelectual. As roças impediram a afirmação da terra enquanto sujeito coletivo, enquanto polo de identificação, processo depois acentuado pela feição ditatorial do colonialismo a partir de 1926, quando se iniciou o percurso político que desembocou na instauração do Estado Novo. Por força da pressão atrofiadora das roças e da ditadura sobre as várias facetas da vida colectiva, em São Tomé e Príncipe não se cultivaram hábitos de debate intelectual no espaço público, fato cujas consequências se notaram praticamente até aos dias de hoje.

Ainda no tocante a São Tomé e Príncipe, estranha-se o fato de esse esquecimento entre gerações políticas ter andado ao arrepio dos laços familiares dos ilhéus proeminentes na terra. O passado de riqueza e de interlocução em Lisboa e nas ilhas era um património das famílias ilustres são-tomenses, mas acabou esquecido, o que se explica pelo desamparo do poder colonial às elites tradicionais e pelo corte operado com o triunfo dos exilados. Em meados de novecentos, São Tomé e Príncipe era uma sociedade em que pontificavam famílias de ilhéus, ditas tradicionais que, não obstante a propensão independentista, cultivavam a distinção social e não conviviam com o comum dos seus conterrâneos. Logo, por não terem sido amparadas pelo poder colonial nem por se lhe terem oposto, os projetos de igualdade

12. Além de Ana Cordeiro, consultem-se, por exemplo, Oliveira, 1998, Brito-Semedo, 2006 e Fernandes, 2006.

13. Em síntese, um processo de desmontagem da argumentação colonialista empreendido por intelectuais cabo-verdianos, conforme está descrito em Gabriel Fernandes, 2006.

social trazidos pelos independentistas ajudaram a removê-las da proeminência de que tinham gozado até então¹⁴. O seu passado de crítica à situação colonial foi esquecido em prol do louvor à atuação dos exilados no Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (doravante, MLSTP)¹⁵.

Noutros termos, no tempo colonial, se em Cabo Verde se observou a decantação de uma identidade cultural – que em muito precedeu e que, dirão alguns, preparou a consciência nacional –, alusiva à relação dos cabo-verdianos com as ilhas e também com a emigração, já em São Tomé e Príncipe ocorreu a marginalização económica e social dos nativos, que se somou à perda de referências quer das individualidades, quer dos motes intelectuais e políticos dos primeiros decénios de novecentos. Desde a década de 30 que se assistiu ao destroçar das elites, mormente pela ida para a Angola. A partir dos anos 1940-1950, devido ao empobrecimento e à expatriação, os são-tomenses deixaram de ter figuras de vulto.

Voltando a Cabo Verde, a expatriação não impediu a renovação de elites, até porque o liceu, criado no tempo da República por lóbi de um senador cabo-verdiano, não deixou de existir. A sua supressão por Salazar provocou uma contestação de tal ordem que o liceu foi reposto. Em Cabo

Verde, os cabo-verdianos desempenhavam praticamente todas as tarefas da administração estatal. A assunção de responsabilidades em termos burocráticos e administrativos pelos ilhéus era muito maior do que a dos são-tomenses no seu arquipélago, fato que teve implicações numa ética administrativa mais resistente à discricionariedade dos mandantes após a independência, por exemplo, no domínio da justiça.

Fosse pela estreiteza de horizontes políticos sinalizados pela ideologia mistificadora que amparava o regime, fosse pela extrema usura norteadora das políticas, o Estado colonial português não preparou elites locais, nem sequer no sentido de assegurar a perpetuação de um neocolonialismo. Da mesma forma, recusou, pelo menos oficialmente, qualquer negociação com os

14. Após o golpe de 25 de Abril de 1974 em Portugal, que abriu o período de transição para a independência, em São Tomé e Príncipe, os membros das famílias ilustres calaram-se ou foram remetidos ao silêncio. Em São Tomé e Príncipe, o MLSTP só teve de subliminarmente identificar a pertença à terra com os negros. Os colonos não foram taxativamente expulsos mas, na prática, o resultado da ação da Associação Cívica pró-MLSTP foi idêntico. Já em Cabo Verde, com as autoridades portuguesas ainda presentes, a ofensiva dita revolucionária contra os contemporizadores com o colonialismo foi violenta, particularmente em São Vicente, dividindo cabo-verdianos. Consulte-se Lopes, 2003.

15. Recentemente, o são-tomense Carlos Espírito Santo dedicado-se a dar a conhecer as vidas dos vultos são-tomenses do passado, em especial, da primeira metade de novecentos. Embora destituído do necessário aparato crítico, esse levantamento é útil por compilar elementos dispersos na imprensa, desta forma mais acessíveis para futuras investigações.

movimentos de libertação. Tal abriu espaço à radicalização da contestação ao colonialismo, a qual, tendo chegado à luta armada, tornou as colónias reféns dessa radicalização.

Em São Tomé e Príncipe, embora comumente explicado pela expropriação das terras a benefício das roças – processo de que os são-tomenses tendem a realçar a extorsão violenta –, o ressentimento anticolonial adveio, principalmente, da discriminação racial, da marginalização no aparelho estatal, a que se juntou a desafeição causada pelo massacre de 53, um desmando filho do aventureirismo do governador Gorgulho. As violências instilaram o medo e a desconfiança entre os são-tomenses, sentimentos só muito lentamente contrariados pelas opções coloniais dos derradeiros anos do colonialismo.

Diferentemente, em Cabo Verde, pensadores e criadores literários mobilizaram politicamente uma dor, a saber, a da ida de cabo-verdianos para as roças de São Tomé e Príncipe, nas quais, malgrado as promessas dos contratadores, as condições eram as proporcionadas aos chamados indígenas. Os cabo-verdianos eram empurrados para esse caminho pelo fechamento da porta à emigração para outros destinos¹⁶. Tal política de favorecimento dos roceiros à custa do sofrimento dos cabo-verdianos era atentatória do seu orgulho. Em consequência, os militantes independentistas elegeram a mobilização da mão de obra cabo-verdiana para o contrato em São Tomé e Príncipe como um agravo do colonialismo¹⁷.

O poder colonial mostrou-se inconsequente e, depois, insensível aos pedidos para passar Cabo Verde de território colonial a adjacente – estatuto de que usufruíam os Açores e a Madeira –, mudança reclamada por cabo-verdianos desde o século XIX. Partindo da amálgama (indevida) de civilização, raça e cultura – amálgama de inspiração racista e assente na dominação colonial –, a atitude dos governantes portugueses face aos cabo-verdianos pautou-se pela ambivalência: por um lado, tendiam a anuir a que os cabo-verdianos eram civilizados. Por outro, como se disse, especialmente

16. A partir do momento em que se voltou a permitir aos cabo-verdianos a escolha de outros destinos de migração, eles deixaram de rumar às ilhas de São Tomé e Príncipe, procurando a Europa e a América.

17. Em Cabo Verde, o ressentimento anticolonial era contido pela diversidade social e, num certo sentido, pela mobilização de cabo-verdianos para o funcionalismo colonial, para funções de administração e soberania, casos de administradores e juizes, respectivamente; as possibilidades de ascensão social continham o ressentimento. Em nível popular, a politização, pouco profunda, colidia com a prevalência da ideia de viver como Deus dá, porventura um pensamento derivado das fomes.

no pico do enquistamento do racismo, sujeitaram-nos a trabalhar nas roças. Na prática, ainda que sob pressão das fomes que não tinham prevenido, as autoridades trataram os cabo-verdianos como indígenas.

Como se aludiu, a intransigência do regime ditatorial quanto ao laço colonial fez com que o élan da emancipação que varria o continente africano se fizesse sentir em todas as colónias e que as aspirações de independência viessem a refletir tão marcadamente a influência ideológica socialista. Assim sucedeu em ambos os arquipélagos.

A ilusão de partilha em 1974-1975 e a evolução política pós-independência

A luta pela libertação, também concertada no seio da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, e a quase simultaneidade das independências criaram uma ilusão de partilha, a qual remetia essencialmente para a condição de africanos. Como se disse, a afinidade começara a ser forjada no convívio das elites na metrópole e, depois, continuou nos *fora* internacionais onde se discutia a emancipação das colónias portuguesas. No arquipélago equatorial, essa irmandade africana era (e deveria ser) materializada pela presença dos serviços cabo-verdianos em São Tomé e Príncipe.

Os povos africanos das colónias portuguesas que então se emancipavam faziam implicitamente valer a sua condição racial – definindo-a como a base das novas nações – ainda que, ideologicamente, adotassem o socialismo, estando, à época, pouco preocupados com a matriz eurocêntrica desta ideologia. Os projetos nacionalistas foram profundamente marcados pelo ideário marxista-leninista (ainda que, por paradoxal que pareça, a leitura dos clássicos pudesse ser superficial ou tão-somente de vulgarizações). Tal equivale a dizer que os militantes independentistas se queriam antineocolonialistas e antineoimperialistas e fautores de uma sociedade sem classes. Tal implicava que os partidos se apoderassem do Estado e o usassem no sentido de delinear essa sociedade igualitária, o que, por regra, passou pela tentativa (gorada) de criar o homem novo. Se aventada, a africanização – no caso, o reencontro com as raízes culturais – ficava para depois.

No tocante aos contornos sociais dos projetos independentistas, o de Cabo Verde enquadrava ambições da pequena burguesia ligada ao aparelho de Estado. Já entre o campesinato se observava uma renitência em relação à

coloração socialista da causa nacionalista, o que, aliás, estava na origem das convulsões sociais em Santo Antão.

Em São Tomé e Príncipe inexistia operariado. Com recurso a subsistências das suas pequenas propriedades, muitos ilhéus viviam do emprego subalterno no Estado ou nos serviços. Prevaleceu alguma homologia com Cabo Verde no tocante às ambições de apropriação do Estado pelos são-tomenses, fundadas na ideia do prestígio do trabalho burocrático por oposição ao trabalho do mato. No período de transição, 1974-1975, verificou-se alguma renitência dos serviçais, imigrantes ou descendentes de imigrantes, relativamente à independência. Para além do costumeiro conservadorismo dos emigrados, alguns serviçais – em particular, os cabo-verdianos – alardearam uma intuição premonitória da perda advinda da remoção dos patrões, os colonos. Todavia, fora da sua terra eram impotentes. A muitos cabo-verdianos coube voltar a emigrar – para Angola ou para Portugal – ou aceitar como verdadeiro o palavreado sobre a sua inclusão na nova nação assente na irmandade entre são-tomenses e cabo-verdianos e inferida da (também presumida) oposição ao colono.

Em ambos os arquipélagos, para além da poderosa motivação de inversão da dominação racial (malgrado os pressupostos ideológicos que exorcizavam esses desígnios de contornos raciais), operaram as promessas desenvolvimentistas típicas da época relativas ao bem-estar, uma das motivações económicas subjacentes às pretensões de independência de uma metrópole atrofiadora de projetos de desenvolvimento. Outra das promessas era a da igualdade.

Durante o colonialismo, o ressentimento anticolonial dos são-tomenses não se desdobrara numa solidariedade para com os serviçais, dos quais, durante décadas, se tinham demarcado. É certo que, após o 25 de abril de 1974, a expulsão do colono e os desígnios da libertação de todas as colónias fizeram com que os ex-serviçais das roças fossem qualificados como cidadãos em igualdade de circunstâncias com os são-tomenses. Mas esta igualdade, efetiva no tocante aos benefícios sociais, revelar-se-ia retórica no que respeitava à decisão política de que, diga-se, também os são-tomenses acabariam arredados.

Em São Tomé e Príncipe, uma das metas era a da distribuição das riquezas, antes da independência extorquidas à terra pelos roceiros. Em Cabo Verde, a qualquer promessa desse teor antepunha-se a fasquia de prevenir

as fomes, pedra de toque dos derradeiros anos da governação colonial, que, desse modo, tentara apagar a memória das fomes e das dezenas de milhares de mortos nos anos 40.

No arquipélago equatorial, perante a premência do desenvolvimento e da satisfação de necessidades básicas, questões de ordem cultural eram secundárias e a da identidade, se afluída, resumia-se à nacionalidade, estando, por isso, tacitamente resolvida. Conquanto culturalmente crioulos, os novos países pertenciam ao espaço político africano, onde integravam o grupo dos que lutavam contra o neocolonialismo, o neoimperialismo e o *apartheid*¹⁸. Repisemo-lo, a noção de identidade andava arredada dos discursos culturais e políticos da época ou, quando muito, servia para distinguir os seguidores da liderança dos seus opositores que, por isso, perdiam o atributo de patriotas ou de verdadeiros são-tomenses.

Nos dois arquipélagos erigiram-se arquiteturas políticas similares, baseadas no sistema de partido único encimado por um presidente tutelar. O partido era considerado a vanguarda e o representante dos anseios do povo, sem que este tivesse ocasião de se pronunciar ou pudesse publicamente exprimir-se contra o rumo no pós-independência. Tal caminhou a par da hipertrofia do Estado, à época considerado como fator de desenvolvimento e de redistribuição económica, mormente como prestador de serviços sociais. Além disso, se pela prestação de serviços sociais quanto pelo seu peso simbólico e ideológico, o Estado já era uma instância relevante, ainda mais fundamental se tornou enquanto plataforma de oportunidades e de alocação de posições sociais.

Não obstante a extrema diferença em termos ecológicos e de situação económica – afora o contraste das expectativas prevalecentes em cada país, não sendo poucas as incertezas dos cabo-verdianos relativamente à viabilidade do seu árido arquipélago –, a evolução económica e social das duas ex-colónias comportou alguns paralelismos, entre eles, o crescimento do Estado e o êxodo rural. Quanto aos contrastes, realce-se o empobrecimento de São Tomé e

18. As circunstâncias da luta anticolonial, o apoio dos países socialistas – de Cuba à China –, a luta contra o *apartheid* e os projetos de construção de sociedades socialistas sob a batuta de partidos que detinham o monopólio do poder e da palavra faziam com que fosse impossível discutir a natureza das relações económicas com os países socialistas, o carácter opressivo do apoio internacionalista cubano, a pertinência da ideologia socialista para a gestão de sociedades avessas à intrusão estatal ou para a promoção do tão almejado desenvolvimento económico. Neste ponto, o pragmatismo da condução política em Cabo Verde destoava da liderança dos demais países. Por exemplo, contra a vontade dos demais países de expressão oficial portuguesa, Cabo Verde aceitou que os aviões da *South Africa Airways* escalassem no aeroporto do Sal.

Príncipe e o paulatino desenvolvimento em Cabo Verde, que, sem embargo da aparente pobreza, acabou por ingressar nos países de desenvolvimento médio. A que se devem estes trajetos não só díspares como inconcebíveis à época da independência?

Nalguma medida, os trajetos divergentes explicam-se em função da relação entre abertura e desenvolvimento, não um *slogan* ideológico mas uma prática política. Se hoje não se imagina que duas realidades microinsulares possam viver isoladas e lograr um desenvolvimento autocentrado, desde logo devido à exiguidade do mercado e à ausência de economias de escala, tal não era a convicção na década de 1970. Justamente, centração e fechamento foram a opção em São Tomé e Príncipe, onde, a par da aposta na monocultura do cacau, se tentou a substituição das importações. Ora, não obstante a semelhança ideológica, em Cabo Verde, país qualificado de nação diaspORIZADA, enveredou-se pelo pragmatismo, em certa medida uma opção induzida pela pressão (velada) das comunidades de emigrados. Com efeito, a chave para a abertura ao mundo foi a emigração, cujas implicações económicas vão desde as remessas até ao recente investimento na aquisição de habitação, o que originou o desenvolvimento de um subsector económico com enorme relevância na economia local.

Até à independência, a experiência migratória dos são-tomenses era rala. Após 1975, muitos emigraram para procurar vida, enquanto alguns saíram por divergências políticas com o MLSTP. No regime de partido único, a relação entre os dirigentes e os expatriados tornou-se tensa e, embora mutante após a implantação do multipartidarismo, a tensão entre dirigentes e diáspora¹⁹ não cessou, antes se ampliou, sendo verbalizada com maior frequência. Os emigrados sentem-se impelidos a ajuizar a evolução da terra natal pelas aquisições da vivência migratória. Já os que ficaram acham que só o estar na terra confere pertinência e autenticidade aos diagnósticos sobre a evolução política e social²⁰.

Da falência dos projectos socialistas ao multipartidarismo

19. Veja-se Nascimento, 2007b e 2011b.

20. Num certo sentido, mudados os atores e os referentes, replica-se uma situação já vivida no tempo colonial, quando os discursos oposicionistas e anticolonialistas eram rebatidos por não colarem à situação vivida que alegadamente desmentia as arguições ao colonialismo português. Também após a independência, a defesa de uma perspectiva ideologizada tinha como primeira trincheira o argumento do desajustamento do saber exógeno relativamente à realidade local. Esta dinâmica de tensão persiste e substitui-se à do diálogo político, e não só, que poderia conferir outra consistência aos laços entre são-tomenses.

A aparente similitude da evolução política nos dois arquipélagos voltou a ser vincada com a passagem para os regimes multipartidários. A crer na descrição de atores políticos envolvidos, São Tomé e Príncipe foi precursor e até surpreendeu os dirigentes cabo-verdianos quando anunciou o propósito de se mover do regime do partido único para a democracia representativa. Apesar do guião socialista na condução política do pós-independência, em Cabo Verde, a privação económica não fora tamanha e a relação com o exterior matizava muito a sujeição dos indivíduos, que não chegara à determinação da vida pessoal nos termos que se verificou no arquipélago equatorial. Por isso, supor-se-ia, não seria tão grande a motivação para a mudança de regime.

Em São Tomé e Príncipe, o impasse da situação vivida na década de 1980 impeliu os dirigentes – concretamente, o presidente Pinto da Costa – a um passo que, vaticinam uns opositoristas, ainda demoraria algum tempo dado o monolitismo do regime. Anunciada pela liberalização económica e pelo afrouxamento das medidas de controle da vida dos indivíduos em meados da década de 80, no final desta iniciou-se, apesar das resistências, a transição para a democracia representativa. A primazia pertenceu a São Tomé e Príncipe, não em virtude de convicções políticas e ideológicas, mas, sobretudo, de dificuldades económicas²¹. Dado o arrastamento do processo em São Tomé e Príncipe, a liberalização política em ambos os países acabou por ocorrer num tempo comum.

Talvez a mais sugestiva das similitudes, especialmente se contraposta aos processos de mudança política no continente africano, tenha sido a da punição política nas urnas dos partidos históricos da independência, a saber, o MLSTP e o PAICV (Partido Africano da Independência de Cabo Verde, resultante da cisão do PAIGC após o golpe de estado na Guiné-Bissau em 1980). Alguns dirigentes políticos mostraram-se surpreendidos com os resultados das primeiras eleições, atento o processo corriqueiro em África, a saber, perpetuação no poder dos dirigentes dos partidos únicos após a mudança para a democracia.

Se as diferenças entre os dois arquipélagos já se vinham insinuando por debaixo da convergência política dos anos pós-independência, elas tornaram-se mais pronunciadas após a transição democrática, coetânea da ruína das experiências socialistas enquanto alternativa ao modelo capitalista. Falida a ideologia, as formulações identitárias – alegadamente ancoradas em artefatos

21. Daí que autores atribuam a mudança política a condicionalismos externos, que, de alguma forma, estiveram na base da conversão de muitos países africanos à democracia representativa.

ou em especificidades culturais – tenderam a ganhar laivos de uma cidadania indisputada no saber social e, subsequentemente, nos discursos políticos. Tal levou a uma reequação dos parâmetros ideológicos e, desabados estes, dos recursos simbólicos. A identidade é um deles²².

Malgrado o odioso do colonialismo, em São Tomé e Príncipe, na altura da independência, abraçara-se a ideia do são-tomense como crioulo num sentido lato, isto é, como realidade histórica resultante de diferentes veios culturais. Tal ideia remetia para uma composição não conflituante de heranças culturais distintas, a europeia e a africana. Por um lado, décadas de isolamento imposto pelo colonialismo através do corte com o entorno geográfico e, por outro, a previsibilidade da rotina e do imobilismo da sociedade colonial tinham firmado a crença na compaginação harmoniosa dessas contribuições culturais, possibilidade da qual, de resto, a índole afável dos são-tomenses era uma prova aparentemente irrefutável.

Na realidade, a crença na possibilidade de uma convivência harmoniosa de diferentes costumes derivava da contenção prevalecente na época colonial – que arredara a memória de conflitos passados e inoculava a convicção de uma inamovível paz social –, da relativa irrelevância dos poucos pronunciamentos intelectuais no tocante ao devir da sociedade e, ainda, da igualdade inscrita como meta no projeto do MLSTP de transformação dos modos de vida atinente à construção do homem novo, moralmente regenerado e imune à degradante alienação capitalista. Tal era o desígnio político prevalecente em todas as ex-colónias portuguesas, com que se queria baixar as expectativas económicas e sociais, manipular desejos e necessidades, obter uma uniformização ideológica e cimentar a adesão às lideranças políticas. A não se obter apoio, induzia-se temor e conformismo. Raramente lembradas, as especificidades culturais não tinham senão um valor formal.

Em Cabo Verde, tinha-se ensaiado a africanização dos espíritos²³,

22. Uma vez inúteis, as ideologias cederam lugar à exaltação da cultura popular, qual conjunto de virtudes morais inspiradoras dos procedimentos para a superação das dificuldades. De caminho, realça-se a redescoberta de si mesmos, um exercício de afirmação de valores assumidamente próprios, embora os instrumentos e as formas de expressão desses valores (similares aos de movimentos culturais alhures) sejam assaz diversos entre os vários grupos sociais. Sucedeu assim em São Tomé e Príncipe, como também noutras épocas e contextos históricos.

23. Em ambos os países as elites declararam-se autolegitimadas. Ambas tinham um pendor marxista. Em Cabo Verde – mais mestiço, por assim dizer, do que São Tomé e Príncipe –, pronunciaram-se pela africanização dos espíritos. Em Cabo Verde, tal explica-se, por um lado, pela elaboração cultural mais profunda em torno da necessidade de reencontrar África e de erradicar a alienação colonial e, por outro, de combater a maior proximidade com a Europa. Tal era o imperativo para os dirigentes do PAIGC, até para favorecer a unidade com

mas, após a independência, este propósito de extirpar a alienação colonial foi cedendo perante uma condução política que, abalada pela separação causada pelo golpe da Guiné-Bissau, teve de contar com o escrutínio que os emigrados faziam da deriva revolucionária na sua terra e, internamente, com a reticência possível face aos desígnios socialistas dos governantes. Atualmente, com mais ou menos tensão, a equação do que será a identidade cabo-verdiana passa invariavelmente pela consideração de que no território e na diáspora concorrem dois polos de identificação, um mais africano, outro mais europeu ou ocidental.

Em São Tomé e Príncipe, paulatinamente abandonou-se a ideia dos são-tomenses como indivíduos crioulos. Esse abandono não derivou de uma militância intelectual contra essa noção. Tratou-se, sobretudo, da perda de valia dessa referência histórica para a atual inserção geoestratégica do país. Nesse sentido, pode estar (e cremos que está) a ocorrer agora uma mudança de maior relevância do que a da independência. Atualmente, em São Tomé e Príncipe valoriza-se a miscigenação intra-africana como fundamento da identidade nacional. Tal proposição interpretativa é consentânea com a africanização, quer enquanto deriva da política interna, quer enquanto desígnio de política externa. Porém, esta africanização, que sobreveio ao fim do regime de partido único, é algo de indeterminado e as suas consequências na desestruturação da invocada personalidade cultural e na deterioração dos laços sociais, até há anos pautados pelos nossos valores, não são objecto de unânime apreço. Essa africanização suscita críticas da parte dos que, citando a imprevisível e acelerada mudança de costumes desde há anos, temem pela paz social.

Inserções geoestratégicas, migrações e *identidades*

Em Cabo Verde, no plano geoestratégico, o abandono do projeto socialista acentuou um processo contrário a um certo afinilamento observável no arquipélago equatorial. Ali, a par da diversidade de conexões diplomáticas, reafirma-se a valia da diáspora. Aliás, isso transparece da mutação nos símbolos nacionais. Independentemente do que essa mutação possa conter de desforra da hegemonia do PAICV, a verdade é que este partido, regressado ao poder, manteve intocada a bandeira adotada após a instauração da democracia representativa. À margem de uma pergunta porventura ociosa – o que valem os

a Guiné-Bissau. No São Tomé e Príncipe amparado por Angola, a questão era a da construção do homem novo e da sociedade socialista.

símbolos nacionais? –, a primeira constatação relativamente à nova bandeira cabo-verdiana respeita ao abandono das cores do pan-africanismo e da quase homologia com a bandeira da Guiné-Bissau. A percepção imediata é a da presença de signos dos EUA e da UE como inspiração da nova composição, certamente desajustada para os olhares mais nacionalistas. Mesmo sem recurso a um aparato crítico tributário da semiologia²⁴, interpretar-se-á a nova bandeira como um cruzamento de símbolos ligados à diáspora, uma realidade sociológica e culturalmente crucial para o arquipélago. Esta será a leitura que menos ofenderá os nacionalistas mais apegados a uma definição racial da nação ou que fundam o nacionalismo sobretudo, quando não exclusivamente, na luta anticolonial.

A relação de Cabo Verde com o mundo passa pela permanente avaliação das realidades sociológicas e dos recursos e, neste particular, a diáspora tem uma valia inestimável. Num certo sentido, e salvaguardadas as proporções, a diáspora é o petróleo do arquipélago. Aliás, o petróleo (almejado em São Tomé e Príncipe) sugere diferentes posicionamentos aos dois arquipélagos. Enquanto em Cabo Verde se pode escutar que melhor do que ter petróleo será que outros ao redor o tenham – admitamos que se trata de uma racionalização para a circunstância de não se dispor de um tal recurso natural –, em São Tomé e Príncipe, o putativo petróleo condicionou a paisagem política desde o momento em que foi anunciado.

Em Cabo Verde, uma diáspora atuante desde há muito, em São Tomé e Príncipe, o petróleo, pelo qual se desespera desde a derradeira década de novecentos contaminando a confiança entre os políticos e a sociedade são-tomense²⁵, são recursos que condicionam as instituições, os desígnios e, sobretudo, a gestão diária da política. Sobremaneira importante, a política determina a ética nos comportamentos pessoais, grupais e institucionais e a tessitura dos laços sociais. Qual efeito de retorno, a (eventual) corrosão dos laços sociais e das condutas não deixará de ter consequências no desempenho institucional, nos resultados económicos e na coesão social.

24. A balizar, porquanto as bandeiras nacionais se destinam a ser vistas (e, eventualmente, sentidas) pelo comum das pessoas, mais do que a ser interpretadas por teóricos.

25. A respeito de África, costuma ser pronta a enunciação do nexos de causa e efeito entre disponibilidade de receitas petrolíferas e a degradação do ambiente político e institucional. Em São Tomé e Príncipe, esta relação não é linear. Em todo o caso, o surgimento do petróleo teve consequências na equação do posicionamento geoestratégico, na inversão dos movimentos de aproximação à metrópole ex-colonizadora, nos contornos das proposições nacionalistas, nas autorrepresentações dos são-tomenses e na degradação do ambiente político. Não obstante, frise-se, esta degradação já era bem visível anteriormente.

Tal vem a ter importância nas autorrepresentações dos dois povos. Estas não são oponíveis, na medida em que não se cotejam, mas divergem profundamente. Entre os cabo-verdianos prevalece o orgulho na sua índole, na ideia de uma gesta cabo-verdiana oponível à natureza agreste, que, entre outras consequências, os impeliu à aventura da emigração. Este orgulho é favorecido e disseminado, por exemplo, pela música, domínio de uma criatividade artística apreciada mundialmente.

Já em São Tomé e Príncipe, a natureza da terra suscita elogios, que cada vez menos se estendem aos homens e, em particular, aos que têm protagonismo. Não só se vituperam os políticos como os são-tomenses parecem descreer deles próprios. Entre os efeitos políticos da autodepreciação da sua índole pacífica²⁶ está a reivindicação de um pulso forte, um dos fatores da recente eleição de Pinto da Costa. Num certo sentido, a ideia da necessidade do pulso forte poderá deslizar no sentido do acatamento de uma autoridade indisputada mesmo quando ela se mostre arbitrária. O pulso forte torna-se um requisito de governação em contextos africanos em que, agora, os são-tomenses se começam a reconhecer, diferentemente do sucedido na altura da independência, quando pensavam ir tornar-se uma Suíça em África.

Abramos parênteses. Por razões imputáveis ao colonialismo, no terceiro quartel de novecentos, entre os são-tomenses exilados e na terra não existiam vultos de envergadura intelectual²⁷ equiparável à dos coetâneos de outras colónias ou das figuras são-tomenses das décadas anteriores. Após a independência, a perpetuação do isolamento do tempo colonial, o efeito constrangedor da repressão política, qual réplica do sucedido no colonialismo, e do monolitismo do discurso ideológico do líder, que preenchia totalmente o espaço público, ainda fizeram baixar mais o nível intelectual, ético e político do pensamento coletivo sobre o rumo da sociedade são-tomense, aspecto com importância na recente trajetória do país. Na verdade, a trajetória política também depende da densidade do espaço público. Uma vez falida a ideologia, aos são-tomenses sobrou a autopercepção da sua própria índole, hoje tecida da leitura da história recente em tudo avessa às promessas da independência

26. A aversão de correntes do saber social à visão essencialista das identidades não carece de demonstração adicional. Um aparato crítico mínimo ou qualquer pesquisa empírica mostrarão à sociedade o caráter mutante e relacional das identidades. Todavia, as percepções e relações sociais operam de outra forma, tendendo, até para garantir alguma operacionalidade no trato social, a fixar tipos e a limitar as possibilidades de autointerpeção. Daí, a possibilidade de instrumentalização política das ideias feitas.

27. O caso de Francisco Tenreiro é um caso particular. Mestiço, foi educado em Portugal e descobriu a sua terra quando do seu percurso académico. Politicamente, afastou-se dos africanos que militaram pela independência; veja-se Nascimento, 2011c.

e comprovativa da duplicidade dos políticos. Velada, a racialização que alienara muitos sujeitos são-tomenses no tempo colonial voltou a insinuar-se, contribuindo para o pessimismo acerca do devir do país. Logo, ressurgiu a questão: de que vale a identidade enquanto recurso político para lidar com as dificuldades, entre elas, a corrupção e a ineficiência?

Noutro plano, os sentimentos identitários condicionam e derivam de estratégias diplomáticas. Em São Tomé e Príncipe, o sentimento nacional (criado, sobretudo, após a independência) debateu-se com a fragilidade dos resultados económicos a ponto de muitos questionarem a independência ou, pelo menos, os resultados dela. Já em Cabo Verde, tal questão não aparece no espaço público ou entre as elites, que, todavia, se mostram divididas quanto à propensão do país para África ou para a Europa.

Na década de 1980, época de fortíssimas privações em São Tomé e Príncipe, emergiu, até entre os políticos, a ideia de que mais valia ter permanecido uma região autónoma de Portugal. Com o aparecimento do petróleo na década seguinte, a ideia de ser uma região autónoma nos espaços português – na verdade, nunca levada a sério pela percepção de nulo interesse de Portugal num tal redesenho político – e europeu foi banida. Ao aparecimento do petróleo *off shore* sucedeu uma intensificação dos laços políticos com o entorno geográfico. Delineou-se uma parceria com a Nigéria, em resultado do que se assistiu a um afrouxar das relações com Angola, país protetor do arquipélago durante a fase do partido único. Depois de uma vinda aproximação à Nigéria, visível na ressaca do golpe de 2003 com a proteção de Obasanjo a Fradique de Menezes, recentemente parece assistir-se ao retorno às parcerias com Angola. Por outras palavras, o arquipélago encontra-se numa fronteira simbólica das áreas de influência da Nigéria e de Angola. O lastro da história, por um lado, as derivas destas potências africanas, por outro, determinarão a propensão arquipelágica para uma ligação mais a norte, com a Nigéria, ou mais a sul, com Angola.

Não deixa de ser curioso que em Cabo Verde se queira uma parceria especial com a União Europeia (independentemente do respaldo social, foi assumida como um desígnio de política externa): tal parceria não constitui um retorno à portugalidade – alvitre que quase indigna cabo-verdianos – mas, antes, a consecução de uma aproximação a um bloco, por vontade própria e sem perda do sentimento ou da identidade nacional, não mais resumível à africanização dos espíritos rejeitada por muitos, tanto intelectualmente

diferenciados como populares. Repise-se, a nação cabo-verdiana é uma nação diaspORIZADA. Dito de outro modo, a noção da nação está tão ligada à população quanto ao território e, por isso, a determinação das opções geopolíticas não pode deixar de levar em conta a diáspora.

Em Cabo Verde, provavelmente devido à cultura migratória, os cabo-verdianos abriram mais as portas aos imigrantes da costa ocidental, bloco regional em que se integraram. Defrontam-se com a possibilidade de um crescendo de procura de imigrantes, mas, até agora, o fato não gera apreensão de vulto.

Em São Tomé e Príncipe²⁸, a integração num bloco, o da África Central, não deu origem à imigração de gente dos países litorâneos próximos. Mais recentemente, as parcerias assinadas por conta do petróleo e a abertura à região geraram um fluxo de imigrantes. Tal afluxo de continentais suscita atitudes divergentes: alguns referem a possível reconfiguração da matriz cultural, salientando que esse é um dado da história de São Tomé e Príncipe. Outros dão vazão a um sentimento de incomodidade, alertando para os perigos de uma emigração desregulada. Temem a desestruturação do que supõem ser uma personalidade histórico-antropológica são-tomense. Em que consistiria tal personalidade? Tal a pergunta a que poucos se abalarão a responder... Inspiradas por variadas perspectivas políticas aparentemente divergentes, tais asserções indiciam, se não a consciência, ao menos a intuição de que os traços culturais são mutantes. Igualmente comprovam como, podendo ser úteis, as tipificações culturais também são, além de volúveis, instrumentais. E, seja como for, a sociedade são-tomense surge como que ameaçada por esse confronto com sociedades percebidas como diferentes, pelo menos por agora.

Tal como da cabo-verdianidade, também agora se fala da são-tomensidade. Mas o desfasamento entre estas duas construções não é meramente temporal ou circunstancial, antes remete para a história dos arquipélagos. Sem prejuízo do futuro, a cabo-verdianidade é como que um caminho percorrido. Mais recente, a são-tomensidade tem um tom mais voluntarista, está ainda em vias de elaboração²⁹ e, nessa medida, muito focada

28. Nos anos pós-independência, a emigração clandestina (talvez se deva falar em emigração publicamente criticada e, simultaneamente, tolerada!) era contida, ainda que tenha crescido muito desde o tempo colonial.

29. Para além do óbice da exiguidade quer do território, quer da massa crítica, a afirmação da são-tomensidade alinha por uma possível caracterização do nacionalismo, a saber, uma força social considerável proporcional à sua pobreza filosófica (ANDERSON, 1991, p.5). Com o que comporta de histórico, o nacionalismo são-tomense não carece de formulações que o radiquem num qualquer veio cultural.

no local e pouco propensa ao escrutínio externo.

Independentemente do que a cabo-verdianidade contenha de instrumental³⁰, ela foi sendo construída ao longo de séculos. Apesar de a identidade cultural (presumidamente irreduzível) ser considerada um precursor e requisito da identidade nacional e da independência política, a cabo-verdianidade não tinha, ao invés do que alguns inferem de uma linearidade causal aplicada ao curso da história, de dar lugar à independência (ainda que a tenha favorecido). Foi decantada ao longo de séculos sem a intencionalidade política que comum e anacronicamente se associa às manifestações identitárias, aliás, comumente alheias a tal propósito.

Já em São Tomé e Príncipe, a intenção política de ajuda à construção de consensos é o que parece animar a são-tomensidade, ou santomensidade. Pretende-se que esta seja instrumento da pacificação entre são-tomenses numa época em que a incerteza acentua as clivagens, corroendo a imaginada irmandade de outrora.

A mera enunciação dos traços de identidade³¹ – qual coleta de artefatos materiais e imateriais, porventura não equacionados como reflexos e, também, fatores de relações de poder – espelha a intuição da valia política e económica da cultura como fa+tor de coesão política e social. Mas uma tal enunciação, mais política do que científica, não elide a necessidade do diálogo entre as facetas culturais e os desígnios políticos. Ao contrário do que hoje se toma por adquirido, tal diálogo não tem forçosamente de chegar à conclusão (apriorística) da necessidade de compaginar a arquitetura política – mormente a democracia, porque ocidental – com os valores culturais presumidamente africanos, desde logo por estes, conquanto operantes, não estarem claramente percebidos e compreendidos, pois sendo os nossos valores, não são os de ontem, nem, decerto, serão os de amanhã.

Além disso, a caracterização das tradições culturais tem uma fraca transitividade para as arquitecturas políticas. Não é por se ser europeu ou africano que se é mais ou menos receptivo a valores democráticos ou, pelo

30. As atuais sociedades são aceleradamente mutantes, possuem elevado grau de reflexividade mas, simultaneamente, são hegemônicas pela prevalência de imagens ou de lemas mais ou menos ideológicos ou meramente panfletários. Atente-se, por exemplo, no elogio da *morabeza* e afabilidade da gente das ilhas de Cabo Verde (qualidades hoje consideradas inegáveis, mas desmentidas pelas acrimónia e violência do período de transição para a independência). Por vezes, tais lemas engrossam o que é chamado de identidade...

31. A reivindicação de uma identidade própria parece legítima, imperiosa e plausível. Alguns são-tomenses pretendem traçar a filogénese das suas heranças culturais. Contraporia que tal desiderato será assaz difícil por não estarem em causa somatórios ou justaposições, o que não impede visões aproximadas das filiações culturais.

contrário, mais ou menos tentado por derivas ditatoriais.

Notas finais

Ao contrário do que descuidadamente se pensará, Cabo Verde e São Tomé não estão, pela circunstância de serem territórios insulares, ao abrigo das consequências de um eventual redesenho político de África. A insularidade não produz uma perene condição ontológica. Hoje, a insularidade é, sobretudo, um construto, fruto de mudanças geopolíticas, entre as quais se conta a tendência de África deixar de se centrar na continentalidade para passar a olhar também para o mundo no caminho do qual se encontram os arquipélagos. Neste quadro, as identidades têm valor (geo)político?

Escrutinando os processos históricos, encontraremos as raízes dos processos de construção identitária. Os movimentos são diversos: em Cabo Verde caminhou-se da plurissecular decantação identitária para a construção política. Já em São Tomé e Príncipe, após a independência e, mais concretamente, no pós-liberalização política, partiu-se da construção política para a identitária. No arquipélago equatorial, hoje, debate-se a questão da identidade, isto é, da são-tomensidade. Porém, entre o que se imagina depender do passado e o que se almeja para o futuro, o debate deveria dirigir-se preferencialmente às questões políticas, pois que estas serão tratadas de forma enviesada se subsumidas no discurso sobre a identidade, tal a tentação de pensadores e de políticos. Uma vez arredado o peso das ideologias passou-se a falar e, com isso, a criar uma identidade, como se esta tivesse a virtude política de matizar as divisões entre os são-tomenses. Por outras palavras, em São Tomé e Príncipe, ao mesmo tempo que é notória a deliquescência das instituições, labora a preocupação de evitar violências disruptivas e, deste ponto de vista, a invocação da identidade, qual plasma comum a todos os são-tomenses, parece útil.

Dada a lassidão ideológica, o debate sobre identidades constituiu-se como uma outra forma de falar de política em tempos de perplexidade diante do presente e, ainda, de incerteza perante o futuro. Mas a politização da identidade não se traduz necessariamente em ganhos políticos. Não se pode esperar do construto cultural identidades – chamadas a cena para substituir ideologias que provaram mal – que impeça as clivagens e as fronteiras internas. Tal é uma tarefa da política.

Em todo o caso, as identidades – noção politicamente aglutinadora e culturalmente aberta – poderão vir a revelar-se importantes, especialmente se o desenho político de África, ao contrário do que se presume, não estiver fechado.

Referências

ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities**. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism. Londres: Verso, 1991.

BRITO-SEMEDO, Manuel. **A construção da identidade nacional** – Análise da Imprensa entre 1877 e 1975. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006.

CORDEIRO, Ana. **Nós, cabo-verdianos. A representação da identidade nos textos literários do séc. XIX**. Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009.

FERNANDES, Gabriel. **Em busca da nação**. Notas para uma reinterpretação do Cabo Verde crioulo. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006.

LOPES, José Vicente. **Cabo Verde**. As causas da independência. Praia: Spleen, 2003.

MATA, Inocência. **Emergência e existência de uma literatura**. O caso santomense. Lisboa: ALAC, 1993.

_____. **Diálogo com as ilhas**. Sobre cultura e literatura de São Tomé e Príncipe. Lisboa: Colibri, 1998.

_____. **Diáspora são-tomense e política na terra**. 2007. in <http://www2.iict.pt/?idc=1028&idi=11758>

_____. O meio insular, a emigração e a diáspora são-tomenses in **RILP. Revista Internacional em Língua Portuguesa**. III Série, nº24. Lisboa: AULP, Associação das Universidades de Língua Portuguesa, pp.257-280. 2011.

_____. Francisco Tenreiro, um paradoxal mas sugestivo legado in **Colóquio. Letras**. nº178. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp.134-145³². 2011.

32. Uma versão de divulgação deste texto foi publicada no jornal digital são-tomense Têla Nón: “Francisco Tenreiro, um paradoxal mas sugestivo legado” in <http://www.telanon.info/>

OLIVEIRA, João Nobre de. **A imprensa cabo-verdiana 1820-1975**. Macau: Fundação Macau. 1998.

SANTO, Alda do Espírito. Memória de um tempo in **Mensagem**. Número especial. Lisboa: Associação Casa dos Estudantes do Império, pp.87-89, 1997.

SILVA, António Leão Correia e. **Nos tempos do Porto Grande do Mindelo**. Praia: Instituto Camões – Centro Cultural Português, 1998.

_____TENREIRO, Francisco. **Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe: esquema de uma evolução conjunta**. Praia: Imprensa Nacional, 1956.

_____ Relações humanas: estrutura, movimentos da população; assimilação e mestiçagem. in **V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros**. Coimbra. 1964.

Submetido em: 27/11/2012 - Aprovado em: 20/12/2012

